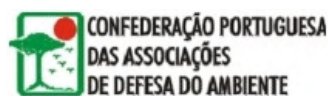


Jornadas de Educação para o Desenvolvimento 2010

Práticas de Sensibilização e Influência Política

Dossier do Participante

Uma organização:



Com o apoio:



BOAS-VINDAS

A Plataforma Portuguesa das ONGD, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e a Confederação Portuguesa de Associações de Defesa do Ambiente, enquanto membros da Comissão Organizadora, dão-lhe as boas vindas à Primeira edição das Jornadas de Educação para o Desenvolvimento: “Práticas de Sensibilização e Influência Política.

1

Estas primeiras Jornadas que decorrerão no dia 23 de Novembro de 2010, têm em vista o objectivo geral, definido na Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, de: “Promover a cidadania global através de processos de aprendizagem e de sensibilização da sociedade portuguesa para as questões do desenvolvimento, num contexto de crescente interdependência, tendo como horizonte a acção orientada para a transformação social”.

Certos de que este desafio se coloca a oradores, facilitadores, participantes e parceiros, a Comissão Organizadora acredita que o envolvimento crescente de todos os actores será o motor na luta pela promoção de uma sociedade mais justa e equitativa.

CONCEITO DAS JORNADAS

Esta primeira edição das Jornadas de ED integra a apresentação de práticas significativas, bem como um momento de aprofundamento conceptual e de partilha de experiências que será fomentado através da participação em Grupos de Trabalho sobre os temas em discussão: Sensibilização e Influência Política.

Uma vez que um dos objectivos principais desta iniciativa é exactamente “permitir o aprofundamento de uma questão conceptual, temática ou metodológica”, o público-alvo preferencial das jornadas, são organizações que tenham experiência no tema em debate.

ENQUADRAMENTO CONTEXTUAL

Em Novembro de 2009, foi publicado em Diário da República, o despacho nº 25931/2009 do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, que aprova a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED). Esta publicação foi o culminar de um processo, que teve início em Maio de 2008, e que envolveu diversas instituições públicas e organizações da sociedade civil referenciadas como particularmente relevantes neste domínio.

Nesse mesmo despacho, reiterava-se a necessidade da elaboração do Plano de Acção da ENED, Plano esse que foi elaborado conjuntamente pela Comissão de Acompanhamento¹ e pelo Grupo Promotor da Execução da ENED², tendo em conta o Objectivo Geral, os Objectivos Específicos e as Medidas consagradas na ENED, e que define, fundamentalmente, um conjunto articulado de Tipologias de Actividades, com as respectivas Metas, que serão concretizadas em Planos de Acção anuais.

Assim, no Plano de acção da ENED, e **com o intuito de contribuir para o conjunto dos Objectivos da Estratégia, juntando actores, promovendo a troca de experiências, aprofundando a reflexão, demonstrando e cimentando o caminho percorrido e identificando o caminho a percorrer, está prevista a realização de duas iniciativas anuais, com vocações diferenciadas e específicas, mas de carácter estruturante e transversal: as Jornadas de ED e o Fórum ED.**

No caso das “Jornadas anuais temáticas de formação em ED” visa-se especificamente “o aprofundamento de uma questão conceptual, temática ou metodológica”.

¹ Constituída pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), Plataforma Portuguesa das ONGD, Ministério da Educação e CIDAC

² Constituído pelo IPJ - Instituto Português da Juventude, CNJ – Conselho Nacional da Juventude, APA – Agência Portuguesa do Ambiente, CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, Comissão Nacional da UNESCO, ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, APEDI- Associação de Professores para a Educação Intercultural, CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Comissão Nacional Justiça e Paz, Fundação Calouste Gulbenkian, e Conselho Nacional da Educação.

ENQUADRAMENTO TEMÁTICO:

Como tema das primeiras Jornadas de ED, a Comissão de Acompanhamento da ENED propôs a Sensibilização e Influência Política, Objectivo 4 da Estratégia.

Na verdade, e como está referido no documento da ENED: “ (...) Regista-se ainda uma insuficiente reflexão sobre os objectivos, potencialidades e limites da sensibilização no quadro da ED, ao mesmo tempo que é claro o risco das acções serem elaboradas e/ou executadas como um fim em si mesmo. De facto, este é talvez o tipo de intervenção em ED em que a incoerência entre os objectivos e as metodologias adoptadas na sua realização é mais evidente. Em parte, isto deve-se à pouca experiência de criação de acções de sensibilização e da avaliação do seu impacto, bem como de concertação de actores a nível nacional. (...) No que respeita à influência política, encontramos também dificuldades ao nível da concertação dos actores, da escassez de experiência e de aprendizagens a partir do conhecimento e da reflexão sobre as acções realizadas ou sobre experiências internacionais relevantes. Verifica-se uma falta de quadros institucionais a partir dos quais se possa desenvolver este tipo de acções, em particular as de advocacy (mais exigentes), e uma fraca tradição de investigação que sustente as propostas de mudança política.”

Consideramos, por isso, ser urgente a promoção do debate e da reflexão metodológica sobre estas duas formas de intervenção em ED.

Uma vez que a Comissão Organizadora reconhece que nem sempre os entendimentos sobre os conceitos de Educação para o Desenvolvimento, Sensibilização e Influência Política são comuns e consensuais, e tendo em conta que vão ser estes os conceitos centrais para a discussão das Jornadas, apresentamos de seguida um glossário com base nas informações presentes no documento da ENED, que não pretende de todo ser algo de acabado ou definitivo, mas simplesmente criar linhas de reflexão, para que o debate seja mais eficaz, evitando a dispersão com a discussão dos conceitos, pretendendo-se desta forma simplificar os termos de debate nos grupos de trabalho.

GLOSSÁRIO³:

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – com base nos diferentes conceitos apresentados (definição da Plataforma Portuguesa das ONGD, da Visão Estratégia, e do Consenso Europeu sobre ED), a ENED articula da seguinte forma os consensos mais evidentes entre os três conceitos: Na sua definição geral: a ED é definida como *processo de aprendizagem* (dimensão pedagógica), tendo como princípios, que norteiam o pensamento e a acção, a *solidariedade, equidade, justiça, inclusão* (dimensão ética), a ED é vocacionada para a *transformação social*, assente numa auto-reflexividade crítica permanente, capaz de desmontar as relações de poder e de hegemonia que se vão insinuando em todas as escalas (dimensão política).

Assim, em traços gerais, a ED envolve as seguintes dimensões:

- A ED ***sensibiliza***: partilhando informação e reflexões com as pessoas, questionando as situações vividas e conhecidas, fazendo crescer a vontade de mudar o que é injusto
- A ED ***consciencializa, forma e mobiliza***: levando as pessoas a assumir a sua própria situação, os seus limites e as suas possibilidades, bem como as dos restantes seres humanos, permitindo-lhes avaliar estas situações com critérios de justiça e solidariedade, desenvolver visões, estratégias e propostas concretas de mudança e pô-las em prática, combatendo as injustiças
- A ED ***influencia as políticas***: nomeadamente as políticas públicas, denunciando aquelas que sistemicamente originam ou perpetuam a pobreza, a exclusão e as desigualdades, e propondo políticas concretas no domínio da acção do Estado, do sector privado e da sociedade civil, de modo a que promovam o bem comum à escala local e global.

Também com base nos conceitos existentes, chegou-se à conclusão que há um consenso sobre o que não é ED. Assim, a ED não é:

³ Glossário elaborado com base no documento da ENED

- **Cooperação:** os projectos de educação (infra-estruturas, ensino, formação) levados a cabo nos países “em desenvolvimento” por projectos de desenvolvimento não são projectos de ED, a não ser que incluam essa dimensão específica.
- **Informação sobre desenvolvimento:** a mera divulgação de informações sobre projectos ou dados do desenvolvimento não é ED, uma vez que esta implica uma abordagem pedagógica e implica reflexão, análise complexa e mobilização para a acção.
- **Informação institucional, auto-promoção, publicidade das organizações:** a informação produzida com vista a promover a imagem ou as actividades de organizações, projectos, etc. não pode ser considerada ED.
- **Recolha de fundos:** a divulgação de informação tendo como objectivo a recolha de fundos para organizações ou projectos não pode ser considerada ED, bem como a sensibilização dos cidadãos e cidadãs para justificar o financiamento da cooperação, quer pública, quer da sociedade civil.
- **Transmissão de mensagens simplistas e eticamente questionáveis:** mesmo quando as mensagens das acções não são promocionais, são muitas vezes questionáveis do ponto de vista ético, por exemplo no que diz respeito à utilização de imagens e referências a protagonistas dos países “em desenvolvimento”. Ao mesmo tempo, uma acção que em lugar de desmontar estereótipos, os reforça, não pode ser considerada como ED. Por isso, há que conhecer, respeitar e promover os códigos de conduta ou outros instrumentos e metodologias que permitem a desconstrução de estereótipos e garantem o potencial de mobilização para a transformação social das mensagens.

INFLUÊNCIA POLÍTICA – dirige-se a quem tem poderes de decisão (político, económico, religioso, entre outros), tanto ao nível local, como nacional e supra-nacional e é também uma forma de intervenção em ED quando se trata de fornecer argumentos a pessoas ou instituições com poder para tomar decisões significativas de modo a que possam respeitar compromissos publicamente assumidos, mudar as políticas vigentes ou inflectir medidas em preparação, no sentido de assegurar decisões que promovam a justiça, a equidade e a solidariedade no contexto global. A

influência política pode exercer-se sob diferentes formas como, por exemplo, o lóbi (quando se pretende tomar novas medidas ou mudar o sentido de uma medida concreta já existente, nomeadamente de carácter legislativo) e a *advocacy* (quando se julga fundamental mudar uma política relativa a uma determinada questão ou problemática, o que implica em geral uma intervenção mais prolongada no tempo e mais complexa).

6

SENSIBILIZAÇÃO – é uma das formas de intervenção da ED. Dirigindo-se à população em geral ou a grupos específicos, é considerada como uma das formas de intervenção em ED na medida em que constitua um primeiro passo para a consciencialização das cidadãs e dos cidadãos relativamente à injustiça, à iniquidade e à falta de solidariedade no mundo global no qual todos e todas vivemos, permitindo quebrar o ciclo vicioso desconhecimento --> indiferença --> desconhecimento. O seu objectivo geral é, assim, o de alertar para problemáticas e situações, para as respectivas causas e para possibilidades de alternativas mais justas, equitativas e solidárias, despertando questionamentos, reflexões e vontade de conhecer e aprender mais e agir em coerência. As acções de sensibilização da opinião pública têm muitas vezes como objectivo específico influenciar a tomada de decisão relativamente a uma questão em particular, considerada como essencial no contexto da ED, através da mobilização dos cidadãos e cidadãs.

ORADORES, MODERADORES E FACILITADORES CONVIDADOS

Artur Lami é um dos Vice-Presidentes do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, aqui em representação do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

7

Bárbara Mesquita, aqui como facilitadora de um dos Grupos de Trabalho sobre Práticas de Influência Política, é Coordenadora de Projectos no Conselho Português para os Refugiados (CPR).

Fátima Matos Almeida é membro da ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental, em representação da CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

Joaquim Ramos Pinto, aqui como facilitador de um dos Grupos de Trabalho sobre Práticas de Influência Política, é Director da comissão instaladora da Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA-Investiga).

João Martins é membro da Direcção da Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

Jorge Cardoso, aqui como facilitador de um dos Grupos de Trabalho sobre Práticas de Sensibilização, é coordenador da área de Educação para o Desenvolvimento da Fundação Gonçalo da Silveira.

Madalena Guedes é representante da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

Nanda Couñago é a Coordenadora Geral da Campanha Roupas Limpas da Galiza. A Campanha Roupas Limpas nasceu em 1989, na Holanda, no seguimento de uma manifestação frente a uns grandes armazéns, que visava denunciar as condições de

trabalho deploráveis em que os artigos, originários das Filipinas, eram fabricados. A campanha foca-se na melhoria das condições de trabalho no sector têxtil e de artigos desportivos e actualmente está activa em 11 países europeus. As diversas campanhas Roupas Limpas são coligações de ONG e sindicatos. Trabalham de forma autónoma a nível nacional e unem-se para trabalhar conjuntamente a nível europeu.

Todos os elementos que integram a Campanha trabalham activamente e em colaboração pela melhoria das condições de trabalho na indústria têxtil, procurando que as condições de trabalho sigam os parâmetros estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho e que se minimize o impacto ambiental da produção têxtil. Visto que uma grande percentagem dos trabalhadores do sector têxtil são mulheres, a Campanha integra também uma análise de géneros na sua estratégia e nos seus projectos.

Rita Leote, aqui como facilitadora de um dos Grupos de Trabalho sobre Práticas de Sensibilização, é Coordenadora de Projectos de Cooperação no ISU – Instituto de Solidariedade Universitária.

PROGRAMA

9h00 – Recepção dos participantes

9h15 - Abertura das Jornadas

Artur Lami – Vice-Presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento em representação do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

Madalena Guedes – Direcção-Geral de Desenvolvimento e Inovação Curricular do Ministério da Educação

João Martins - Direcção da Plataforma Portuguesa das ONGD

Moderador: Representante Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA)

9h45 – Práticas de Sensibilização e Influência Política

Nanda Couñago – Campanha Roupas Limpas (Galiza)

Moderador: Representante da CPADA

10h45 – Pausa Justa

11h00 – Grupos de Trabalho

13h – Almoço (no local)

14h – Continuação dos Grupos de Trabalho

16h – Pausa Justa

16h30 – Plenário de Conclusões e Recomendações

Moderador: Representante da Plataforma Portuguesa das ONGD

17h45 – Encerramento

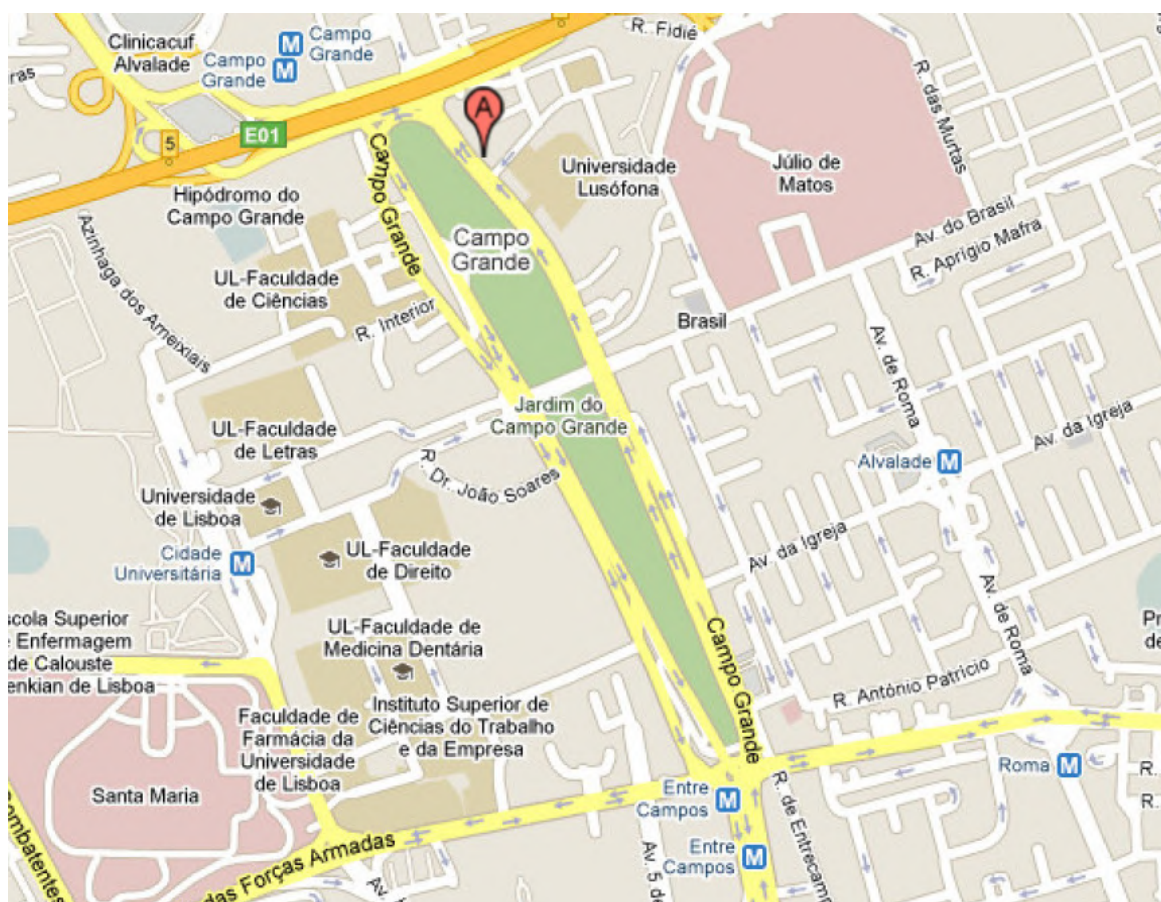
INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A Primeira Edição das Jornadas de ED irá decorrer nas instalações da Fundação Cidade de Lisboa

10



Morada: Campo Grande, 380
1700-097 Lisboa



O acesso às instalações da Fundação Cidade de Lisboa pode fazer-se através das seguintes carreiras regulares de transportes públicos:

- **Autocarros:**

Carreira nº **7**: Praça do Chile - Sr. Roubado (Metro)

Carreira nº **36**: Cais do Sodré - Odivelas (B.º Dr. Lima Pimentel)

Carreira nº **701**: Campo de Ourique (Prazeres) – Charneca

Para mais informações relativas a horários, percursos e tarifas, consultar

<http://www.carris.pt>

- **Metro**

Estação de Campo Grande (Linha Amarela e Linha Verde)

Para mais informações, consultar <http://www.metrolisboa.pt>